

O PRESENTE NA NARRATIVA E NO RELATO DE VIAGEM

Ana C. Sousa Martins

Universidade do Porto

anamartins a mail prof2000 pt

1 Introdução

O objectivo geral desta exposição é mostrar que a ocorrência do Presente Simples (PRS) ou do Presente Progressivo (PRProg) em contextos com localização situacional endofórica e enquadramento temporal de pretérito não tem necessariamente de caber na classificação de Presente Histórico (PRH).

Para tal, depois de relevar os critérios centrais de definição do PRH, parto para a confrontação de dois livros de viagem: *Sahara: A República da Areia*, de Miguel Sousa Tavares e « *Demasiado!* » (*Uma viagem ao mundo dos refugiados*), de Diana Andringa – previamente analisados no âmbito de um estudo mais geral sobre a dimensão enunciativa do relato de viagem*. Tenho por fim demonstrar que se no texto de Miguel Sousa Tavares identificamos o fenómeno de activação desse Presente de substituição de tempos do passado, já no de Diana Andringa, as formas de Presente vedam uma leitura de PRH, conclusão apurável pelo tipo de co-relação que estabelecem com outras formas de referência temporal e espacial, pela feição das estruturas intersequenciais de que participam e, enfim, pelo teor do macro-objecto em configuração no discurso.

No curso desta demonstração deixo fundamentada a distinção entre dois modos de textualização de acções – narrativa e relato de viagem – e evidencio a produtividade da análise do discurso na compreensão do valor e função integrada de formas categoriais da língua.

2 O Presente Histórico (PRH): duas interpretações

Sabemos que a multivalência semântica do PR é um fenómeno transversal a várias línguas: é o tempo dos estados omnitemporais (PR gnómico), das situações durativas (PR habitual), das acções futuras (PR de futuridade), da sincronicidade entre a acção designada pelo verbo e o instante da enunciação (PR momentâneo, instantâneo ou indicial), da referência de acções pretéritas (PR histórico ou narrativo) e, ainda, o tempo verbal seleccionado na referência de situações alheias a qualquer tipo de referência temporal (PR neutral ou atemporal).

O emprego do PR na narração é reconhecido na retórica clássica e visado na tradição gramatical. Delineio duas tendências distintas de compreensão do fenómeno de activação do PRH para sinteticamente dar conta da evolução teórica operada sobre este item.

A primeira interpretação, largamente aceite, imputa ao PRH o efeito de atribuição de vivacidade e presentificação, efeito adstrito a momentos do discurso particularmente comoventes ou fulcrais para o desenvolvimento da trama narrativa. Em estudos sobre o português, dou necessariamente como exemplo a

descrição do PRH na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra. No capítulo dos *valores afectivos* do emprego dos tempos do indicativo¹ são atribuídos ao PRH os valores de visualização e dramatização dos factos descritos ou narrados. Sublinha-se aí que estes valores/efeitos decorrem do carácter *acidental e impróprio* da activação do PR num contexto que recorre maioritariamente a formas do passado, o que implica que a recursividade desse procedimento resulta na neutralização desses valores. Oliveira e Lopes (1995:105) associam o PRH à criação do efeito de imediatismo presencial, obtido por meio da *relocalização do tempo da enunciação no passado*. Advertem as autoras que o PRH só é reconhecível como tal quando em contextos em que tomem assento tempos do passado ou datação. Em MATEUS *et alii* (2003:155) acrescenta-se: “e se admita uma certa sequência de situações”.

Creio serem estas perspectivas convergentes com as que tomam o recurso ao PRH como um instrumento retórico, um fenómeno estilístico, um tropo, identificável com a enálage (temporal) ou a hipotipose; de toda a maneira, um tempo figurado, no sentido em que o seu emprego se dá como deslocado relativamente ao seu valor de base². O uso deste PR, em contiguidade com as formas de passado, presta-se, nesta perspectiva, a esbater a distância temporal graças à deslocação metafórica do ponto de vista do locutor, de modo a que os eventos *pareçam* estar a ter lugar no momento em que se fala e não num intervalo de tempo passado. Assim se dá como disponibilizada a leitura: o narrador envolve-se com maior proximidade na história, *como se fosse* testemunha da acção em representação e quer transmitir ao ouvinte a sensação dramática de um testemunho ocular.

Tomo como representantes de uma segunda interpretação do PRH, de ordem textual/discursiva, Wolfson (1979, 1982) e Revaz (1998) porque, entre outras razões³, se apoiam em argumentos comuns e chegam a conclusões afins, partindo de quadros teóricos diferenciados, com línguas e dados textuais distintos.

Wolfson analisa no inglês americano o recurso ao PRH⁴ em narrativas conversacionais *encenadas* (“performed story”, com reprodução de diálogos, imitação de sons, gestos e movimentos). Pela notação de picos de tensão dramática, pontos centrais do enredo (com acções pontuais e dinâmicas), enformados em tempos do passado, rejeita a atribuição do efeito de dramatização (tomado como potenciador de dramatismo) às formas de PR, sendo um ponto central da sua teorização a tomada como elemento significativo não as formas verbais mas a troca reversível entre formas verbais, ou seja, as rupturas temporais em que se verifique quer a passagem de um tempo pretérito em vigência para um PR ou de um PR contínuo para um tempo pretérito isolado. É pois a estas transições que devem ser atribuídas as funções textuais que a autora detecta como sendo as de marcação estrutural de segmentação de eventos, sinalização de pontos de viragem na história, introdução de foco e decomposição de situações.

Revaz por *corpus* narrativas historiográficas⁵, em francês. Cobrindo um lapso temporal de publicação que vai de 1852 a 1982, a autora dispõe de dados suficientes para desfazer a ideia de que o discurso histórico é uma entidade enunciativo-textual homogénea. De entre os índices de heterogeneidade, colhe o uso do PR, como tempo nuclear da narrativa, que se pode manter durante longas unidades textuais, a ocupar páginas sucessivas, ou vigorar em contiguidade estreita com o Passé Simple dentro de um mesmo parágrafo. Ressalva, porém, um dado constante: a relativização temporal através de marcos de referência endofórica, como são, naturalmente, datas, horários, e adverbiais como “então”, “na véspera”, “nesse momento”, etc.

Em todo o caso, Revaz emparceira com Wolfson em pontos essenciais de delineamento desta segunda abordagem⁶:

1 CUNHA; CINTRA (1984) 1986: 449

2 Ver, pelo menos, JESPERSEN, 1929; GUILLAUME, 1929; CHARLESTON, 1941; IMBS, 1960; DIVER, 1963; LEECH, 1971; MARTIN, 1971; WEINRICH, 1973 Le GUERN (1986).

3 Prescindo aqui dos contributos de MONVILLE-BURSTON e WAUG (1991) e de FLEISCHMAN (1990). As primeiras porque, apesar de apurarem funções de activação do PRH como não devedoras da produção de um eventual efeito de vivacidade, reconhecem, para os textos de imprensa, o PRH em contextos orientados para o *aquí e agora* do tempo da leitura, onde inclusivamente se presta atenção ao resultado actual das acções em reportagem e assim chegam a conclusões muito diluídas; a segunda porque, ainda que partilhe com Wolfson e Revaz (e também com Monville-Burston e Waugh, aliás) o pressuposto de que o PR tem como valor de base a atemporalidade, não destaca o processo de troca e substituição entre o PR e os tempos da série do pretérito, tendendo a atribuir ao PR, por si só, as funções discursivas que inventaria.

4 *Presente Histórico Conversacional* (CHP); Fleischman (1990: 58) designa-o por *Presente Diegético* (*Diegetic PRa* (action)).

5 Lembro que a historiografia é o contexto tomado como contexto-referência do uso do PRH.

6 Nessa Wolfson desenvolve estudos na área da sociolinguística e Revaz a referencia.

- na rejeição do efeito de dramatização, com vista à marcação de um momento paroxísmico do discurso, a cargo do PR, sublinhando que o modo de construção da acção visa já, sobretudo por via do léxico, essa marcação, *não se podendo tornar dramático aquilo que já o é*;
- na assunção de que o fenómeno consiste não na activação do PR, mas no procedimento geral de troca ou substituição reversível do PR com tempos do passado, ao qual deve ser atribuída a função, especificamente na perspectiva de Revaz, de saliência de um momento-chave da história;

Destaco um último ponto. Revaz encontra, tal como Wolfson, a mesma sustentação para esta interpretação, alheia à potenciação de imediatismo, vivacidade, dramatismo, presentificação ou visualismo atribuível ao PR. Ambas consideram que o PR não tem como significado de base a sincronicidade entre o momento do processo verbal e o *agora* da *origo* enunciativa; inclusivamente, que a categoria morfológica de PR não contém uma componente semântica temporal; pelo contrário, o PR é forma-zero, é neutral no que respeita à referenciação temporal. O argumento de fundo é o seguinte: atribuir ao PR o sema actual ou indicial de base implicaria ter de tratar sistematicamente como emprego figurado numerosas ocorrências nas quais o PR reenvia para processos que não coincidem com o momento da enunciação (T0).

As duas autoras orientam parte do seu trabalho na detecção das falhas da interpretação classificada como *tradicional*: por um lado, o não se ter atendido à natureza das trocas de tempos verbais de sistemas temporais distintos (e, implicadamente, ao carácter de substituição do PR nos contextos em referência); por outro, a tendência para associar *tempo gramatical* a *tempo físico*, numa eventual suposição de que o momento da enunciação e o momento do processo são intervalos de tempo *empíricos*; ou, pelos menos, de que o momento da enunciação tem um estatuto fenomenológico inscrito na cronologia.⁷

Retomarei esta questão mais adiante. Interessa, por agora, salientar que, nesta segunda abordagem, a activação do PR em contextos temporais passados deixa de ser tomada por uma estratégia puramente estilística (no sentido de ser um emprego sentido como irregular relativamente a um uso-padrão e alternativo a ele) e passa a ser tomado como um fenómeno discursivo funcional, cujo alcance é delimitável na totalidade da construção discursiva. E quero dar particular destaque à sistematização consistente de Revaz, fruto da análise de unidades discursivas integrais. Essa sistematização está assente em dois critérios, de ordem enunciativo-discursiva, de detecção do fenómeno de activação do PRH, que mais adiante e repetidamente invocarei. Passo a explicar esses critérios.

- (i) O primeiro critério é parcialmente⁸ dado como pressuposto pela abordagem *tradicional* e explicitado aquando da justificação da equivalência terminológica *PR “histórico” – PR “narrativo”*: esse critério respeita à necessidade de o PRH tomar lugar no seio de uma *diegese*, entendida enquanto modo de organização textual global, conformável com a noção de “*récit*” em Genette (1966, 1969). Partindo do princípio de que é possível separar tipologicamente texto narrativo de texto não narrativo⁹, dá-se como cerne de um formato narrativo o encadeamento de acções que realiza a transição de conflitos para a resolução de tensões, por via da actualização de situações complementares simétricas, correlatas ou tensionalmente opostas.
- (ii) Em função do segundo critério, podemos falar da activação do PRH quando está em vigor o modo de enunciação distanciado que, para os objectivos deste trabalho, podemos dar como coincidente com o *modo de enunciação histórica* de Benveniste¹⁰ (1966) – um registo não actualizado, com ancoragem temporal relativa a um marco textual que corresponderá à datação/intervalo de tempo da ocorrência dos factos, sem relação (temporal-espacial) com a situação onde está inserido o *eu*-sujeito da enunciação. Mesmo em face de um discurso de primeira pessoa, o *eu* aí emergente será sempre um objecto de discurso e não um sujeito de elocução, sem que se verifique, pois, a assunção subjectiva dos enunciados.

7 Sobre esta *acusação*, também BRONCKART, 1997: 280.

8 Porque se considera apenas a sequencialização de acções interfrásica, isto é, partindo de uma noção *operacional* de discurso.

9 Este não é um pressuposto partilhado por todos: veja-se MEEHAN, 1982 e STEIN, 1982, SMITH, 1980, pelo menos; se bem que não é absolutamente claro se estes autores trabalham com base na distinção entre *modo de textualização* narrativa e *modo de enunciação* histórica.

10 ADAM; LUGRIN E REVZ (1998) e BROCKART (1997) acoplam ao *modo distanciado* ou *autónomo* de enunciação a *histórica*, tal como a descreveu Benveniste, juntamente com o *discurso teórico*.

Anos antes, já Simonin (1984:137) submetia a reflexão sobre a activação do PRH ao estudo mais geral dos procedimentos enunciativos, insistindo não só na relação de substituição entre tempos, mas na correlação entre tempo – pessoa – adverbiais, para deixar disponível a conclusão de que o PR, quando fora da sua correlação *original* (*eu-tu – agora – aqui – assim*) perde em definitivo o seu valor deíctico, indicial. Em todo o caso, é ponto assente que o PRH nunca dará lugar a ambiguidades temporais: quando esta forma ocorre é porque o discurso de que faz parte tem uma feição organizacional e enunciativa tal que não pode restar dúvida de que o PR referencia eventos passados, ou melhor, desligados do tempo da enunciação.

3 O Presente Tabulário

Há ainda outro uso *não indicial* do PR que muitas vezes aparece absorvido pela noção de PRH, mas que dele pode ser separado, conjugando os critérios acima apresentados. É Hamburger (1957: 77-78) que claramente faz essa distinção, apesar de encarar o PRH apenas no âmbito da narrativa ficcional. Assim, numa *enunciação de realidade* – que, na teoria da investigadora alemã, quer dizer, num contexto em que toma assento o eu-origo do narrador (por oposição à *narrativa épica*) – ainda que o locutor expressamente se reporte a uma temporalidade passada, o PR serve a fixação dos objectos e situações em figuração como uma *imagem*. A autora dá o exemplo de uma introdução a uma narrativa de 3º pessoa em que se faz a apresentação das personagens. Nesse intróito, defende Hamburger, não se pode dizer que as personagens façam já a sua *aparição* como figuras vivas dentro do universo narrativo ficcional, mas são antes fixadas como acessórios pertencentes a uma cena. Em nota, a autora cita Brugmann-Delbrück, donde retiro um fragmento de especial relevo para a análise e reflexão que a seguir empreenderei: “The tabular present first emerged in the *written presentation*, trough either heiroglyphic pictures or alphabetic characters, of what is mentally represented and spoken.”¹¹

4 O Presente Indicial

Não vou interrogar-me sobre qual o valor de base do PR: se deíctico, se neutral.¹² Quero antes demonstrar que a defesa de que o PR só excepcionalmente assume referenciação deíctica, que serve a Wolfson e a Revaz como meio de justificar o papel do PRH independentemente de efeitos de dramatismo ou imediatismo gerados no discurso, é precária e carece de revisitação dos conceitos de *deicticidade*, *sui-referencialidade* e *tempo-origem* (T0).

NEF (1986:82-92 *et passim*) será o que mais radicaliza a hipótese a-deíctica sobre a natureza do PR (PR simples francês) ao generalizar que não há elemento exclusivamente deíctico numa língua natural. Nesta perspectiva, o carácter deíctico atribuído ao PR provém do contexto situacional ou de outros elementos deícticos incluídos na frase e é um *acidente na língua*, restrito aos relatos desportivos. Advoga então que só rejeitando a centralidade teórica da noção do PR indicial – o da coincidência entre a enunciação e o evento – se pode dar conta, de uma maneira unificada, dos diferentes usos do PR, na listagem dos quais inclui o PRH. É possível demonstrar, com apoio nas propostas de COOPER (1986), que o PR, por si próprio, apela à leitura indicial ou deíctica de base (a de mais alta frequência e a menos dependente do contexto), mas nunca com a subtracção do contexto. Não o faço porque tal exigiria um desvio considerável ao rumo deste trabalho. Mas irei aqui refutar brevemente que o PR indicial esteja reservado aos relatos desportivos, pois que tal me permite mais directamente aceder aos pressupostos da teorização de NEF.

Para além dos relatos (também designados como *comentários*) desportivos, o PR indicial é activado em situações performativas (OLIVEIRA e LOPES, 1995: 105¹³), em relatos de cerimónias oficiais, relatos de polícias a

11 Referencio através de Hambürger: BRUGMANN-DELBRÜCK 1897 – *Vergleichende Grammatik der indogermanischen Sprachen IV*, 2. O sublinhado a negrito é meu: vale para todas as citações posteriores.

12 Sobre o valor de atemporalidade do PR Simple ver CALVER (1946), BOLINGER (1947), TWADDELL (1960), CASPARIS (1975), SERBAT (1988).

13 Se bem que as autoras defendem igualmente a raridade dos usos do PRS para a expressão da sobreposição entre o tempo do evento e o tempo da enunciação, mais afeita, em português, a ser desempenhada pelo PR Perifrástico.

vigiar pessoas suspeitas, demonstrações culinárias, laboratoriais, ou técnico-didáticas em geral, e em relatos radiofónicos das acções de rescaldo de um acidente ou de um cenário de guerra, por exemplo. Williams (2002), estuda o uso instantâneo do PRS em algumas destas situações de relato oral e afirma repetidamente que esta forma referencia eventos que têm lugar *mais ou menos* em simultâneo com o tempo da enunciação; inclusivamente, podem ainda nem ter começado ou, pelo contrário, já ter acabado quando o enunciado é proferido, sendo que a opção pela forma simples ou pela forma progressiva não se prende com razões de precisão temporal. Donde a conclusão: a localização do evento em sobreposição à localização da enunciação é *sempre* o resultado de uma *operação de abstracção*: o PR indicial não tem por função significar a coincidência entre o intervalo de tempo em que a acção tem lugar e o intervalo de tempo ocupado pela elocução, mas representar *a ideia que os falantes têm dessa coincidência*. Nef reconhece que “l’instantanéité de la période d’énonciation est une idéalisation”(p.82), mas, contraditoriamente, parece atribuir um carácter objectivo ou empírico à coincidência entre esse instante da enunciação e o período de ocorrência do evento, quando dá o exemplo:

as nuvens toldam progressivamente o céu

para provar que o estado de coisas denotado ocupa um intervalo de tempo superior ao intervalo de tempo que demora a frase a ser proferida, e assim negar a não coincidência entre os dois intervalos (que, depreende-se, teria de ser total). A este exemplo posso acrescentar outro, apenas com variação na extensão dos intervalos e inversão da relação inclusiva que entre eles se estabelece:

o Zé tira agora uma foto à noiva

em que o intervalo de tempo do evento é inferior ao intervalo de tempo da elocução (a impressão da película demorará 1/4, 000s!).

Um dado termo é um termo *deíctico* porque aponta directamente (ou indirectamente, como veremos) para um elemento do contexto situacional em que é actualizado. A classificação de *deíctico* aplicada a uma forma de PR não induz automaticamente numa leitura de *instantaneidade* ou de *imediatismo*, porque aí já estamos a entrar em linha de conta com a tipologia aspectual do verbo conjugado (culminações ou processos culminados). Um dado termo é um termo *sui-referencial* porque remete para a sua própria ocorrência: se a ocorrência elocutiva, na *sua tradução linguística*, é de extensão imponderável, pois que não reflecte uma medição física, então a simultaneidade da ocorrência elocutiva com outras ocorrências será variadamente conformada. Assim, o tempo da enunciação ou tempo-origem, donde partem localizações temporais relativizadas, “pode ser representado como um ponto T0, abstracto, que se desloca como um ‘cursor’ ao longo de toda a enunciação; ou por um intervalo aberto ou semiaberto e, neste último caso, poderá simbolizar-se por T0 a respectiva fronteira de abertura.” (CAMPOS, (1985) 1997:102). “*Objectivement, le présent n’a pas de durée – il est comme un point géométrique, sans dimensions. Pourtant, dans l’intuition du temps réel et dans sa traduction linguistique, le présent est conçu comme un intervalle d’étendue infinie et variable qui, dans son étendue minime tend vers zéro – il est alors légitime de le représenter abstraitement et schématiquement comme réduit à un point – mais n’atteint jamais cette limite. De cette façon, tout événement de durée suffisamment étendue pour précéder et accompagner (au moins dans le jugement du sujet connaissant-parlant) l’acte communicatif, et éventuellement le prolonger au-delà, – acte communicatif où les perceptions du sujet sont conformées dans le message – , est ainsi comme simultané, l’intervalle de temps qu’il occupe dans sa réalisation étant compris au-dedans du segment du présent.*” (CARVALHO, (1983) 1984: 210)

Faço notar que só por via deste entendimento é possível admitir a activação de deícticos (por exemplo, numa combinatória como esta: *hoje, aqui, neste momento* + PR Simples e Perifrástico + verbos de acção) num *texto escrito* em que vigore o *modo de enunciação discurso*: a carta, o diário, a notícia, a reportagem – onde a coincidência estrita entre o *dizer* e o *acontecer* ou a mostração de um objecto situacional compartilhado são, obviamente, impossíveis. Em termos puramente *referencialistas*, o produto que é o texto escrito está por natureza desligado do tempo de produção (que, aliás, não é contínuo nem tem a brevidade do momento da emissão oral). A situação de enunciação (que envolve locutor/escritor e alocutário/leitor) é dilatada de modo indeterminado: daí que as coordenadas das circunstâncias de produção de um texto escrito tenham de se

verbalizadas para que os deícticos não se tornem ambíguos. *Também aqui*, não é o momento cronologicamente mensurável de produção escrita que serve de T0 no discurso, mesmo que esse momento aí esteja a ser projectado tematicamente, como acontece em:

“As últimas palavras deste texto são já escritas à noite, junto à pista do aeroporto de Díli, onde os cerca de setenta jornalistas montaram o seu acampamento sem tendas.”

(Luciano Alvarez 2000 – *Aquilo que nunca se pode esquecer. Diário de um jornalista em Timor*, Contexto: 67)

ou em:

“Adivinho que o Sol já vai alto num céu acinzentado que a chuva desbota. São oito e meia da manhã quando me instalo à frente da máquina, para escrever estas derradeiras linhas. O projecto não me parece muito evidente. Nem luminoso. Mas tenho de arranjar uma conclusão para estas historietas da vida «agitada» de um repórter – no conforto das três assoalhadas do Bairro Alto.”

(Rui Araújo 1985 – *Regresso a Timor*, Amigos do Livro: 125)

Cito Vuillaume (1993: 93): “Alors que, dans la communication orale, le destinataire peut évaluer l’écoulement du temps et donc le déplacement du repère pendant la production du message, il n’a pas cette possibilité dans la communication écrite. D’où une *convention* qui consiste à ne pas tenir compte du temps requis par la rédaction du message et à définir un repère unique auquel renvoient tous les déictiques du texte.” E ainda Fleischman (1990: 17-18): “Although in principle, then, there is no single ‘now’ that serves as the temporal deictic anchor for an entire text, in practice we often conceive of texts punctually, as if they were produced at a single moment in time that is the speaker’s present. (...) In the deferred communication of *writing*, the analogue of S (i.e., the actual moment at which a sentence of the text is committed to paper – or now to disk) becomes less important as a temporal-deictic anchor for situations predicated *in the text*.”

Não pode ser de outro modo: o PR indicial carrega a representação de *uma ideia que temos da coincidência entre o enunciar e o acontecer*, a que chamamos *actualidade*. Nestes termos, essa coincidência pode ser global (quando T0 é um ponto de ancoragem único), estrita (quando T0 funciona como um *cursor*), ou corresponder a um It. aberto.

Portanto, mesmo que o valor de simultaneidade entre o dizer e o acontecer do PR não seja o seu valor de base, tal não impede que, na qualidade de um entre outros valores temporais do PR, esse valor não possa apoiar a explicação do efeito de dramatização e vivacidade atribuído ao PRH, pela via da deslocação metafórica de T0 para o *frame* temporal dos acontecimentos passados ou, ao invés, trazendo os factos narrados para a actualidade do locutor.

Tanto Revaz como Wolfson rejeitam que se possa associar a coincidência entre o momento do processo do enunciado e o momento da sua enunciação ao *presente dos físicos*. Porém, a noção de *actualidade* não pressupõe a objectivização dos dois momentos, nem a Teoria da Enunciação a postula em algum momento. E isso é um indicador da dúvida: não é certo que na *interpretação tradicional* do PRH se esteja a explorar a isocronia da enunciação com o evento enunciado enquanto dado tomado objectiva ou empiricamente. Esta reserva deixa caminho aberto para se poder colocar a hipótese de que o valor de *actualidade* corresponde, em si mesmo, a *um modo de ser do mundo em representação no discurso*.

Tenho vindo a referir-me aos tempos verbais em textos com a manifestação do PRH através das expressões *formas de PR—formas de passado*. Tende a ser esta a formulação a que se recorre nos estudos referenciados até aqui. Porém, ela pode ser ineficiente quando estamos em trabalho de análise discursiva. Doravante, adoptarei a terminologia de F. I. Fonseca (1994) e a reinterpretação da relação entre sistemas temporais que lhe subjaz: *deixis primária* (plano actual) – *deixis secundária* (plano inactual). A *deixis primária* tem a situação circundante do locutor por ponto de referência; a *deixis secundária* relativiza a sua referência tomando por eixo um ponto de ancoragem textual *intermediário*. Diferentemente do que encontramos na maioria da bibliografia sobre enunciação e referência temporal, a autora considera que os elementos que referenciam o tempo em

relação a um marco textual são igualmente deícticos. Simplesmente, o modo como fazem a remissão para as coordenadas da enunciação não é directa nem imediata (como acontece com os deícticos primários), mas *indirecta* ou *intermediada* (e assim designáveis por deícticos secundários).

Apesar de incidir apenas sobre a referenciação temporal, esta proposta pode abrir-se à referenciação do espaço. O quadro seguinte contém exemplos:

<i>Deixis primária</i>	<i>Deixis secundária</i>
Eu-tu	-----
Aqui/agora/assim	Lá/então/daquele modo
Vou – <i>fui</i> – irei	Tinha ido – <i>fui</i> /ia -- iria

Há uma mais valia inerente a esta proposta que quero salientar: a consideração de que se pode assinalar o ponto de referência temporal intratextual, intermediária em relação a T0, não apenas através de data ou expressão temporal, mas através de um deíctico primário: o Pretérito Perfeito Simples (PPS) – o que abre caminho para a explicação, no português, da presença desta mesma forma verbal quer no modo de enunciação *discurso*, quer no modo de enunciação *história*.

Mas há outra razão para que invoque este estudo: ele está *evidentemente* fundado numa *concepção não empírica de deicticidade*.

5 Os textos em análise: caracterização integrada

Selecionei dois textos cuja análise, tal como a conduzo, poderá levar a alguns aditamentos, penso que pertinentes, sobre os usos das formas de PR em contextos de referenciação de situações sucessivas não presentes. São eles:

Miguel Sousa Tavares 1985 – *Sahara: A República da Areia*, Amigos do Livro

Diana Andringa 1996 -- « *Demasiado!* » (*Uma viagem ao mundo dos refugiados*), Teorema

Estas duas obras pertencem a um conjunto mais vasto de textos que me propus estudar¹⁴, passíveis de agrupar, num primeiro momento atendendo apenas a critérios extralinguísticos, sob a designação de *escritos contemporâneos de viagem da autoria de jornalistas* (donde aliás já retirei os exemplos apresentados no ponto anterior, como facilmente se notou). Todos os textos correspondem a discursos temporais de primeira pessoa não ficcionais. Há também uma particularidade contextual, que aparece reflectida, temática e enunciativamente na construção discursiva, que é a de todos esses textos constituírem um registo de bastidores da vivência proporcionada pelo trabalho de realização de uma reportagem (de televisão ou de imprensa), a cargo de um *enviado especial*.

Este conjunto pode ser cindido em dois.

Nos textos do primeiro grupo, o universo configurado é alheio e autónomo em relação ao momento de enunciação; aí é possível detectar (com algumas variações¹⁵) um esquema de incidência de composição hierárquica onde as acções que realizam o ponto de alcance subordinam, em orientação retrógrada, as demais

14 Listo-os: ALVAREZ, Luciano 2000– *Aquilo que nunca se pode esquecer. Diário de um jornalista em Timor*, Contexto; ARAÚJO, Rui 1985 -- *Regresso a Timor*, Amigos do Livro; BARATA-FEYO, José Manuel 1985 -- *Angola: a Guerra dos Robinsons*, Amigos do Livro; FURTADO, Joaquim 1985 -- *Na Ilha de Mussa-Bin-Mbiki*, Amigos do Livro; TAVARES, Miguel Sousa 1998 -- *Sul. Viagens*, Relógio d'Água. Em periódicos: BARATA-FEYO, J.M., “Da fronteira às portas de Cabul”, *Grande Reportagem*, nº1; Crónicas (seleccionadas) na revista *Xis*; MARQUES, Fernando – “Uma viagem alucinante”, *Público*, 15-11-2001.

15 Refiro-me à diferente disposição do núcleo tensional *situação estativa/actividade – culminação – estado consequente*: pode acontecer que todas as estruturas textuais se encontrem ao abrigo de um único (macro)movimento tensional opositivo (é o caso de “Amazónia, a última fronteira”, de Miguel Sousa Tavares e das crónicas de José Manuel Barata-Feyo); ou, diversamente, o discurso avança através da sucessão desses núcleos tensionais entremeada, com maior ou menor regularidade, por situações habituais ou estados iterativos com função descritiva/caracterizadora (o caso de *Sahara: a República da Areia*).

acções e estados; implicadamente, aí é visado o alcance de um termo, um cumprimento ou uma aquisição. São *narrativas de viagem*, de que destaco aqui *Sahara, A República da Areia*.

Nos outros textos, que perfazem o segundo subconjunto, de heterogeneidade constitutiva mais marcada, o *frame* temporal é anterior mas também contíguo e orientado para a actualidade do locutor, o que faz com que a relação intersubjectiva esteja sempre latente ao discurso; por outro lado, a sequencialização de estruturas semânticas segue o esquema de relação paratáctica, em organização plana, fiel ao devir aleatório da experienciação, que assim é representada como existindo independente da elaboração discursiva. Estas são as principais marcas enunciativo-discursivas que permitem afirmar que aí se *encena* a reportagem directa de acções – o que me permite designar os textos deste segundo grupo por *relatos de viagem*. Daqui escolhi «*Demasiado!*» *Uma viagem ao mundo dos refugiados*.

5.1 Sahara: A República da Areia

Integrei no ponto anterior esta obra no subgrupo das narrativas de viagem. Porém, o primeiro indicativo de movimento de *arranque* narrativo encontramos-lo só no início do capítulo III: refiro-me à activação do IMP (e, nas sequências seguintes, da correlação IMP-PP), a enformar a fase inceptiva da acção global:

“Onze e meia da noite no Aeroporto de Argel. A reportagem sobre o Sahara *começava* mal.” (p.67)¹⁶

O IMP, tempo analógico do PR, reproduz a simultaneidade da acção ausente com um ponto (TX) de referência, alternativo a T0, assim fixando, em autonomia, uma cursividade temporal desligada da actualidade do locutor. A partir daqui, para a referenciação desse quadro de temporalidade, espera-se a activação da deixis secundária, o que virá a ser confirmado. TX corresponde a:

“Naquele fim de Julho de 1983 ...” (p.61).

No contexto em que surge, distanciada do capítulo III (no início do capítulo II), esta expressão adverbial situa, em formulação sumária, a identificação da acção integral a configurar: a viagem ao Sahara Ocidental (antigo Sahara Espanhol). Relevo como o deíctico “aquele” coloca em perspectiva, a partir de T0, o quadro geral da acção pretérita, prestando-se a funcionar como ponto intermediário entre dois planos de temporalidade, não mais interseccionáveis a partir daí.

Nenhuma sequência anterior a este *incipit* narrativo do capítulo III é capaz de realizar *sustentadamente* um qualquer núcleo accional completo, se bem que, sem dúvida, os capítulos I e II, apoiem, de modo diverso, a eficácia da comunicação narrativa a empreender.

O capítulo I constitui-se de um monólogo interior, em deixis primária, que coloca em cena o estado de semi-inconsciência provocado pela desidratação: serve desta maneira para *mostrar* a vulnerabilidade física do europeu face à violência natural do deserto e dá a coordenada espacial através de uma imagem dolorosamente impressiva:

“Tenho de puxar pelas duas portadas da janela ao mesmo tempo para a conseguir abrir. Ela abre-se, de repente, e é como se uma explosão nuclear tivesse deflagrado dentro do quarto. (...)”

Depois, a pouco e pouco, os olhos vão emergindo neste incêndio caótico e reconquistam, metro a metro, o direito de regressar à vida. Assim empurrado, o horizonte vai recuando, recuando sem fim: é um mar de areia, só areia, areia em fogo.

O Sahara, eis onde estou. (...)” (p.60)

No capítulo II é identificado o objectivo da viagem, que alberga vários tópicos de expansão, ou sob a forma de comentário (sobre a especificidade da reportagem televisiva ou sobre o valor do repórter de guerra) ou sob a forma de exposição (enquadramento histórico, condições estratégico-militares, potencial económico da RASD, República Árabe Saui Democrática).

¹⁶ A obra começa a ser paginada apenas na pág. 57.

Todavia, após aquela primeira instrução destacada acima, o movimento narrativo suspende-se, pois que nas estruturas subsequentes do capítulo III, e em todo o capítulo IV, a radicação temporal volta a ser calculada em relação a T0. Isso mesmo é comprovado pela activação do Pretérito Perfeito Simples (PPS) num segmento de antecipação:

“No regresso do Sahara passei, com um mínimo de expediente, por dois controles alfandegários (...).”(p. 68)

(Esclareço que se o ponto de orientação vigente fosse já TX, teríamos as opções: *no regresso passaríamos/iríamos passar...*)

Aliás, as constantes antevisões das circunstâncias do desfecho da viagem pressupõem que ela está a ser perspectivada exteriormente, a partir do momento da enunciação (e não a partir do momento da acção narrada), como um todo completo, tridimensional e fechado, de que se pode esperar um princípio, meio e fim bem delimitados.

Para a mesma conclusão concorre o cálculo de duração da guerra:

“Um simples olhar no mapa (...). Este é o Sahara Ocidental que se estende a sul de Marrocos e a Oeste da Argélia. (...) Aqui se trava, *há dez anos*, uma guerra surda e violenta entre Marrocos e a Frente Polisário.(...)” (p.71)

Confrontemos com a ocorrência, já em pleno curso narrativo:

“Começava a sentir admiração por aquele povo que combatia *há oito anos* um dos mais poderosos exércitos africanos (...).” (p.99)

Não há imprecisão histórica, simplesmente, o primeiro cálculo efectua-se em relação à actualidade do locutor-escritor (fixada na data de edição, 1985) e o segundo cálculo, em relação a “Naquele fim de Julho de 1993”. Se assim é, também não deverá surpreender a manifestação interlocutiva:

“Pouparei ao leitor nova descrição do Aeroporto de Argel, à hora, desta vez, do caos da madrugada.” (p.69)

Porém, não devemos esperar uma radicação enunciativa homogénea, ainda que dentro do mesmo capítulo III, como parece demonstrar o segmento:

“(...) era um arremedo de cama, certamente a última que *voltaríamos* e encontrar nos próximos (quantos?) dias.” (p.68)

em que se reproduz o desconhecimento do desenlace da acção (justamente, a informação inversa à fornecida pelo segmento citado acima, retirado da mesma página 68).

Ainda no capítulo IV, encontramos informações contextuais relativamente ao papel da cidade argelina de Tindouff no desenrolar do conflito e ao elenco dos dois jipes que fazem parte da expedição, bem como a caracterização global da viagem através da referenciação de situações habituais (concernentes à dificuldade em despertar e à placidez artificial e irritante da austríaca Erika).

Afinal, só no capítulo V é que se inicia a narração, atendendo, simultaneamente, a que a radicação temporal se faz a partir de TX (não sem abundantes suspensões, aliás) e a que a relação entre eventos se organiza em função da constituição de núcleos de complicação-resolução (ver nota 15).

Se me alonguei na apresentação da estruturação e feição enunciativa dos quatro primeiros capítulos da obra foi para poder justificar a ilação: até aqui, as formas de PR não contam para a reflexão que me proponho levar a cabo. Estas formas não serão interpretadas como formas de PRH, já que nem o discurso radica em TX, nem há nenhuma relação ordenada de acções (nem narrativa, nem de relato).

Então, a partir do capítulo V, a tessitura narrativa projecta em pano de fundo situações iterativas e habituais, com dominância do IMP e adverbiais frequenciais, donde sobressaem, em alternância sucessiva, *episódios* (com

dominância do PPS a enformar acções singulativas), assimiláveis a núcleos accionais que se desviam da norma de expectativa, induzida pela ordem das acções rotinizadas, e que assim passam a ser avaliados como correspondendo a situações pertinentes e merecedoras de serem contadas. Delineio o esquema dessa alternância:

	<i>Situação habitual</i>	<i>Episódio/situação singulativa</i>
pp.78-80	distribuição diária de medicamentos	'constrangimento' do operador de câmara
pp. 83-85	viagens no velho Land Rover	(falsa) incursão dos marroquinos/montar a camelo
pp. 89-91	visitas aos acampamentos/ os comícios	o jantar à meia-noite
p. 100	dificuldades nas filmagens	concerto de acordeão de António Victorino d'Almeida
p. 106-107	enumeração dos <i>takes</i>	banho de tanque
pp.107-115	filmagens em Mahbés	encontro com a víbora do deserto

Devo notar que, para além do desnivelamento textual inerente à relação entre habitualidade e singularidade, há uma acção global que é projectada para primeiro plano – a ida a um palco de guerra (Mahbés), onde se inclui o episódio do iminente ataque de uma víbora. O valor de pontualidade do PPS não é suficiente para realizar essa projecção, pois que o mesmo tempo verbal foi activado em picos anteriores de acção. No entanto, ela realiza-se: pelo pré-anúncio de fecho da acção global da viagem, predispondo para uma leitura de declínio das estruturas subsequentes; pelas avaliações de perigosidade; pela retoma temática dos comentários do capítulo II; enfim, pela extensão textual que é reservada à acção.

A essa projecção sobrepõe-se outra, operada pela substituição pontual do PPS pelo PR, no episódio referido:

“Tinha-me afastado uns passos para ver mais de perto esse camião, quando o Ahmed me *lança* um grito:
-- Sai daí depressa!

Uma víbora, a terrível e pequena víbora do deserto, estava escondida debaixo da carroçaria do camião.” (p.115)

Encontramos mais três sequências com recurso ao PR; inclusivamente à forma progressiva:

“Todos os homens da Polisário que conosco tinham vivido aqueles onze dias *estão a despedir-se* de nós no ‘aeroporto’ de Tindouff. (...)” (p. 122)¹⁷

Analisarei adiante apenas uma dessas sequências. Antes disso, deter-me-ei brevemente na inventariação de elementos que, sem participarem directamente no trabalho de estruturação textual, são conformes à semântica narrativa:

- aquilo que é dito já foi vivido e tem por fonte a memória; cumulativamente, assistimos a um trabalho de auto-figuração do locutor como um *contador de histórias* – masculino, experiente, “rodado”, sociável:

¹⁷ Wolfson (1979: 171) toma a forma progressiva como um PRH com sentido de acção pretérita mas continuada por um certo período.

“Fez-me lembrar uma outra ocasião, quando passei vinte e quatro horas a bordo do porta-aviões americano Nimitz, algures no Mediterrâneo.” (p.84)

“Fez-me lembrar a tarde do 25 de Novembro (...)” (p.90);

- fica expresso um *desígnio* de narratividade logo nas determinações metatextuais do paratexto e confirmado no corpo do discurso:

“Obviamente, tudo isto demora menos tempo a executar do que a contar.” (p.100)

- notório é também o cariz oralizante, nas hesitações, a indiciarem o esforço de ordenação discursiva:

“Bom, mas tinha ficado na operação de descargas do jipe (...)” (p.80)

“É preciso explicar primeiro como se monta um camelo (...)” (p. 100)

e nos comentários:

“Nessa noite o António Vitorino de Almeida tocava acordeão, acompanhando a Erika, que cantava o Grândola Vila Morena em alemão perante uma massa compacta de sarauis. Há cada uma!” (pp.100-101)

- divisa-se até um molde hiperbólico, nas construções superlativas e consecutivas, a fazer lembrar o registo de *Peregrinação*¹⁸:

“O frio era tanto e a incomodidade tamanha que nenhum de nós estava com disposição para conversar.” (p.110)

“O calor agora apertava com tal intensidade e a chapa do jipe fervia de tal maneira (...)” (p.115)

- por último, *viagem e narração da viagem* confundem-se no processo de indagação e alcance de sentido eufórico de aquisição memorável, de que decorre a delegação no alocutário de um esquema de interpretabilidade de um mundo:

“A ordem das coisas, a função exacta da inteligência e da memória e a própria razão última da vida, tudo ali se tornava finalmente claro e lógico, numa relação despida de qualquer egoísmo ou presunção entre nós e o universo.” (p.101)

Depois de demonstrar que a relação da viagem assume a forma de *história* – quer do ponto de vista enunciativo, quer do ponto de vista da estruturação discursiva, quer no que respeita a construções adjacentes, de ordem semântico-pragmática – analiso então uma sequência episódica com recurso repetido ao PR, que a seguir transcrevo.

18 De *Peregrinação* apresento algumas passagens avulsas: “... atirou para o ar o capitão bata com mais de trezentos dos seus, feitos todos em pedaços, com um estrondo e fumaça tão espantosa que parecia um retrato do Inferno.” (PINTO, Fernão Mendes 2001— *Peregrinação*, Vol.I, Lisboa, Relógio d’Água (Versão para português actual e glossário de Maria Alberta Meneres: 63); “...pela qual causa foi tamanha a revolta na cidade e em todo o povo, que não parecia coisa de homens, senão de todo o Inferno junto.” (ibidem: 111-112); “... deram uma grande grita, e após ela foram tantas as pedras, os zargunchos, as lanças e as chuças de arremesso sobre nós, que parecia chuva que caía do céu...” (ibidem: 117); “... porque como o escuro era grande, o tempo muito frio, o mar muito grosso, o vento muito rijo, as águas cruzadas, o escarcéu muito alto, e a força da tempestade muito terrível, não havia coisa que bastasse a nos dar remédio, senão só a misericórdia de Nosso Senhor, por quem todos com grandes gritos e muitas lágrimas continuamente chamávamos, mas como por nossos pecados não éramos merecedores de nos Ele fazer esta mercê, ordenou a sua divina justiça que, sendo já passadas as duas horas depois da meia-noite, nos deu um pegão de vento tão rijo que todas as quatro embarcações assim como estavam vieram à costa e se fizeram em pedaços...” (ibidem: 167); “Os nosso dois juncos, abalroando então os dois dos inimigos assim como estavam, a briga se travou entre todos, de maneira que realmente confesso que não me atrevo a particularizar o que nela se passou, ainda que me achasse presente, porque ainda neste tempo a manhã não era bem clara, e a revolta dos inimigos e nossa era tamanha, juntamente com o estrondo dos tambores, bacias e sinos, e com as gritas e brados de uns e dos outros, acompanhados de muitos pelouros de artilharia e de arcabuzaria, e na terra o retumbar dos ecos pelas concavidades dos vales e outeiros, que as carnes tremiam de medo;” (ibidem: 186).

Regressamos à «recepção». É a nossa última noite no Sahara. Talvez a mais quente de todas. Sem a frescura e o conforto das tendas, aqui entre estes muros de adobe, o calor torna-se terrível de aguentar.

Estou sentado no chão do quarto que me destinaram, arrumando as minhas coisas e revendo as notas do caderno de filmagens. Não acendi a luz para não aumentar o calor do quarto e, em vez disso, deixei a porta entreaberta para poder trabalhar com a luz que vem do pátio, alimentada por um gerador.

De repente, pelo canto do olho, «sinto», mais do que vejo, alguma coisa que mexe, à minha esquerda. Volto-me e, na semipenumbra do quarto, dou enfim de caras com ele, o grande terror das minhas leituras preparatórias da viagem, o pesadelo que quase não me deixava adormecer nas primeiras noites aqui passadas: o escorpião do deserto. Sem nunca o ter visto, nem sequer em gravuras, reconheci-o imediatamente. Tem cara de morte, de assassino. Não terá mais de dez centímetros de comprimento, branco-leitoso, e corre na direcção das minhas costas, com o espigão levantado, sinal de que se prepara para atacar. Durante uma breve fracção de segundo fico paralisado pelo medo. Depois levanto-me do chão de um salto e o pequeno assassino fica imediatamente imobilizado a um metro de distância do sítio onde eu estivera sentado.

Dou um grito pelo Ahmed, que acorre, troçando ao ouvir a palavra «escorpião». Aponto-lhe o animal, que continua imóvel, no mesmo sítio. Mal o vê, Ahmed recua dois passos atrás:

-- *Mierda!* É um escorpião e dos grandes!

Vai para o matar, pisando-o, mas muda de ideias e resolve antes tirar a sandália e bater-lhe com ela. O escorpião sempre quieto, à espera. Mas Ahmed, o destemido Ahmed, volta a recuar:

-- Fica a vigiá-lo.

E vai buscar reforços, na pessoa de outro sarauí que devia estar mais experimentado com estas situações, porque o matou de um só golpe, sem que o escorpião tenha sequer tentado fugir.

Fiquei a pensar como era estúpido que um animal tão pequeno e tão fácil de ser morto pudesse também causar a morte de uma pessoa tão facilmente. (...)” (pp. 121-122).

Não parece haver dúvidas de que o mundo representado se situa num *frame* temporal de passado, com um ponto de ancoragem fixo e englobante (“*fim de Julho de 1983*”). Serve de atestação a aceitabilidade da ocorrência de tempos verbais do subsistema deíctico secundário, em orações subordinadas a enformar os estados antecedentes da linha da acção principal do episódio, desenhada no PR:

“(...) que quase não me *deixava* adormecer nas primeiras noites aqui passadas (...)”

(e não *deixou*, como aconteceria se a situação estivesse a ser relativizada temporalmente em relação ao momento simultâneo do experienciar e do dizer)

“(...) onde eu estivera sentado”

(e não *estive sentado*)¹⁹

e também a retoma definitiva dos deícticos secundários a partir de:

“Fiquei a pensar como era estúpido...”

A relação simbiótica deste PR com o contexto de passado é plena. Poderíamos fazer a breve experiência de substituir o PR pelo PPS e IMP e veríamos que daí não resultaria qualquer anomalia semântica ou textual.

19 Noto que o PPS em “Não acendi a luz (...)” e “(...) reconheci-o imediatamente.” é aqui activado como deíctico primário, o que quer dizer que seria o tempo usado se a acção estivesse a ser reportada em relato oral directo.

Excluindo os dois primeiros parágrafos e o segmento de descrição do escorpião, os verbos no PR referenciam acções pontuais, dinâmicas, ou processos limitados, interpretáveis como acabados. Assim sendo, mesmo na ausência de adverbiais e conjunção de tempo/ ordenação (“de repente”, “depois”, “mal”), é a interpretação de sequencialidade que está disponível, e não a de simultaneidade ou sobreposição. Porém, os eventos não estão simplesmente ordenados uns em relação aos outros num eixo cronológico, ou seja, esta sequência de acções não corresponde à simples sucessão anafórica, antes se consubstancia numa organização hierárquica (triádica) consonante com a disposição narrativa.

- (i) A abrir o episódio, delinea-se uma situação estável e equilibrada, de tal modo que se o discurso se suspendesse no segundo parágrafo ela seria irrelevante. Ainda que irrelevante, não deixaria, só por si, de causar estranheza: estamos no penúltimo capítulo da obra e em nenhum momento anterior foram dados tantos pormenores situacionais relativos ao espaço imediatamente circundante ou aos gestos do eu-personagem; isto é, nunca, até aí o ritmo narrativo abrandou tanto, a ponto de estagnar na *indicação cénica*: “Estou sentado no chão (...)”. Porém, em face do que ficou dito acima, onde atestei a vigência de um enquadramento temporal de passado, não é de crer que aqui o PR tenha por função colocar em cena o locutor na verbalização directa daquilo que é sentido ou pensado. Diferentemente, a irregularidade morfológica concernente à substituição do IMP/PPS pelo PR, parece conjugar-se com a acidental notação da situação estativa e singular para preparar a produção de proeminência, saliência ou destaque afecto àquilo que será dito a seguir.
- (ii) A demarcação do segmento que contém o pico de tensão está assinalada pelo adverbial “De repente”: a pontualidade-dinamismo que introduz, a quebrar a situação estativa-durativa, sugere que alguma coisa nova e inesperada está para acontecer (na oralidade, tem marcação entonacional específica), de modo que esse adverbial actua para introduzir um novo enquadramento para os eventos que se vão seguir. Induz-se a aceleração do ritmo discursivo, mas o ponto de culminação ainda está longe. Até lá, passamos pelas *típicas* oscilações de tensão: primeiramente, até à identificação do elemento perturbador do equilíbrio (“o escorpião do deserto”) temos a determinação indefinida “alguma coisa”, depois a catáfora em “dou enfim de caras com *ele*” seguida de aposto duplo com avaliação de dramatismo, adstrita aos lexemas “terror” e “pesadelo”; depois, segue-se um pequeno abaixamento de tensão na descrição do escorpião para seguidamente a acção culminante, a iminência de morte, dela poder emergir bruscamente, sem quebra sintáctica – “(...) branco-leitoso e corre na direcção das minhas costas”.
- (iii) O processo causativo-transformativo já está concluído logo que é introduzida a perífrase resultativa – “*Fiquei a pensar* como era estúpido (...)” – com a retoma de situação estativa.

Se é facilmente detectada a modalidade de enunciação distanciada e se a organização discursiva é marcadamente a da narrativa, então este PR é um PRH.

A disposição retrospectiva e hierárquica dos eventos não colide com uma interpretação de simulação de enunciação simultânea no prolongamento da qual encontramos os efeitos de imediatismo, vivacidade, presentificação, revivificação, etc. Noutra perspectiva, são atribuíveis às transições (PPS)–PR–PPS²⁰ quer a função de dimensionalização do discurso, pelo carácter contrastivo do PR que opera a focalização sobre o segmento a destacar (a par de outras estratégias, como mostrei em (i)), quer a função de sectorialização dentro do núcleo eventivo, a saber, a de separar o grupo de eventos da fase descrita em (ii) do grupo de eventos em (iii), assinalando assim o ponto de viragem para o declínio do incidente²¹.

5.2 «Demasiado!» Uma viagem ao mundo dos refugiados

Passo à análise da obra de Diana Andringa. Este livro dá conta da viagem empreendida por uma equipa da RTP pelos quatro continentes durante três meses e meio do ano de 1983, que resultou na produção de três reportagens sobre as condições de vida, à data, dos mais conhecidos grupos de refugiados nos países de

20 A antecedência do PPS entre parêntesis corresponde ao uso homogéneo desse tempo verbal antes do começo do segmento-episódio que transcrevi.

21 Noto que estas funções são adjacentes ou suplementares, ou seja, elas já estão a ser implementadas por outros recursos; caso contrário, o PRH seria provavelmente um fenómeno de activação *obrigatória*.

acolhimento. O tema central da obra é o tema das reportagens e nela estão fixados factos videograficamente comprovados. Estas circunstâncias de produção são idênticas às que serviram de pano de fundo à obra de Miguel Sousa Tavares.

O regime enunciativo aí dominante é o de primeira pessoa, sendo de concluir, quer através de informações paratextuais, quer pelo rol de experiências profissionais convocado no corpo do texto, que a instância produtora do discurso tem uma existência atestável fora do universo textual. A mesma observação se aplica à obra analisada no ponto anterior, mas o que se destaca logo como pertinente nesta enunciação autobiográfica é a recursividade da simbiose temporal entre a reportação de situações ausentes e a acção interlocutiva directa, a convocar conhecimentos histórico-culturais, expectativas ou crenças sobre uma ordem mundial de equilíbrio e justiça (de modo a *naturalizar*, a fazer integrar no senso comum, construções de carácter marcadamente ideológico):

“ À saída, Beverley insiste: ‘Se calhar, as suas histórias não são bem exactamente como as contam.’ Deixá-lo. Se calhar não são presos – apenas detidos; se calhar não são vítimas de nada – aguardam apenas que os Serviços de Imigração e o State Department tomem posição sobre o seu caso. Não impede que tenham atravessado perigos e fronteiras com a única esperança de chegar até aqui – a terra da Estátua da Liberdade, lembram-se? – e se encontrem numa prisão.” (p.31,32)

“Mesmo aqui, estamos sempre em perigo. Há tantos ‘orejas’! (‘bufos’, diríamos nós) (...)” (p. 36)

Detectamos a vigência continuada, ao longo de capítulos integrais, das formas verbais do sistema deíctico primário, com a presença, em correlação com o PR, do PPS (enquanto deíctico primário²²):

“É assim desde que *chegámos* ao Japão.(...)” (p.74)

e do Futuro (FUT), com alcance temporal variável:

“Tem os cabelos brancos, a barba branca por fazer. Que posso fazer por ele, senão ser terrivelmente gentil? Prometo-lhe que *relembrarei* o seu caso a Beverley. As suas declarações, essas, apanhadas em grande plano pelo Manuel, *terão* sem dúvida um lugar no programa, quando *chegarmos* a Lisboa.” (p.30)

Apesar disso, não duvidamos que as situações em representação estão distanciadas no tempo em relação à actualidade do locutor. O quadro geral de acção – a totalidade da viagem – é anterior e está completo em relação ao período da produção textual²³. Basta tomar por prova a operação explicitada de transposição temporal, enformada, tal como no texto anterior, numa expressão adverbial temporal em que o deíctico tem a carga a marcação da intermediação entre dois planos temporais:

“Era a descrição que tinha dela [embaixada portuguesa em Washington]. Era, nesse Março de 83, cem por cento objectiva.” (p.14)

que aliás se repete:

“Para nós, equipa de televisão portuguesa em busca de dados sobre os refugiados afegãos, naquele fim de Maio de 83 (...) (p.86).

Acresce ainda que para além da projecção orientada do plano actual para o inactual/passado (*inactual* ← *actual*), no segmento epilodal final (após enumeração resumativa) temos também assinalado o sentido o inverso (*inactual* → *actual*), por via da activação do Futuro do Pretérito:

22 Ver final do ponto 4.

23 Distintamente, por exemplo, da forma de um diário de viagem que a obra de Luciano Alvarez exemplifica.

“(…) – coisas e coisas desta viagem, sorrisos, frases, cheiros, gestos, sons, que *iria guardar* para sempre.” (p. 107)

Fora das sequências de contorno, a mesma conformação de anterioridade é reconhecível atendendo à radicação temporal operada por adverbiais e perífrases temporais, bem como a dados de ordem semântico-pragmática adstritos à menção ao suporte de registo (escrito e videográfico) a partir da qual se estabelece a ligação entre dois (e mais) níveis de temporalidade:

“Agora, *treze anos depois*, relembro alguns apontamentos: (...)” (p.21)

“A sua declaração gravada, muito contida, antecipa, de facto, o que *veio a suceder* na África Austral, *anos depois*.” (p. 22);

e ainda ao recurso a verbos de registo mnemónico e perceptivo/intelectivo:

“Mas de Higinio Halas – (...) *guardo* sobretudo um certo diálogo com um menino de oito anos...” (p. 40)

“Quando hoje *revejo* a declaração do sub-secretário Wiesner, parece-me que ele falou, pelo menos, com um grande seriedade.” (p. 23),

integrado num regime mais englobante de cariz memorialista:

“(…) cujo nome me *esqueci*.” (p. 103)

“Nunca mais me *esqueci* dos refugiados de Léon.”(p. 56)

“ E foram eles que me vieram à *memória* (...)” (p. 58)

“(…) quando toda a viagem estava quase a acabar, percebi que nunca mais me *livraria dela* (...)” (p. 107)

Tal não obsta a que o estado de coisas descrito seja projectado no prolongamento de um intervalo de tempo que atinge T0, e que, no plano de actualidade de produção/edição da obra, participe na composição de movimentos de ilustração e exemplificação para sustentação de uma tese que se quer ver aceite: o dever de acolhimento condigno de todos os refugiados independentemente de simpatias políticas entre os estados envolvidos (país de fuga – país de recepção). Portanto, ao contrário do que foi detectado na obra *Sahara: a república da areia*, os pontos de referência “Março de 1983”/ “fim de Maio de 1983” não chegam a adquirir autonomia e, sendo certo que absorvem a referenciação temporal dos verbos de passado, eles são pontos de relativização temporal num quadro de temporalidade com orientação bidireccional em relação a T0, numa modalidade enunciativa que parece aproximar-se do que Bronckart (1997:159) definiu sob a designação de “*récit interactif*” e Adam, Lugrin e Revaz (1998: 91) de “*diégétisation liée*”. Do ponto de vista estritamente enunciativo, dificilmente um discurso com esta feição pode ser classificado como narrativo, porque ele não observa o critério de não implicação/autonomia do universo retratado em relação à actualidade do locutor.

Por esta ordem de entendimento se explica a referenciação temporal, em retrospectividade directa a partir de T0, de algumas ocorrências do PPS:

“(…) Com o cinto do pijama, ataram-no a uma árvore, torturaram-no e depois metralharam-no.
Foi na Guatemala, (...)” (p.16)

“(…) três meses de internamento num campo, a fim de se prepararem para a nova vida em terras do Japão e, depois, um subsídio governamental a facilitar-lhes a integração.
Foi assim com a família Srin Yong (...)” (p. 76)

“Ainda em Washington, um grupo de jovens *decidiu* constituir uma associação para os apoiar.” (p.25)

Noutras ocorrências cabe ao PPS a expressão de factos passados com consequências no momento da enunciação/comunicação escrita:

“Mas não esconde que, pelo lado ‘daqueles que agora se chamam americanos’, *chegaram* à sua tribo o alcoolismo e a droga.” (p.34)

Também deste modo se pode explicar a indeterminação da amplitude temporal em referenciação por algumas formas de PR, em que apenas os dados arquivados por uma cultura de actualidade noticiosa, integradores do conhecimento do estado do mundo contemporâneo (ou coevo), permitem restaurar ou limitar uma vigência de estados e acções no momento (dilatado) da comunicação escrita aqui instaurada:

“Mas Fife *não se limita* a acolher os refugiados que ali chegam, vencidos a ‘cortina de tortilla’ – que separa o México dos Estados Unidos – e o deserto do Arizona.” (p. 18)

“As mulheres que aqui *trabalham funcionam* como ‘mães adoptivas’ (...).” (p.100)

Noutros contextos, de comentário valorativo do locutor, a distância entre os dois planos temporais é plenamente anulada, dado não ser possível determinar se o comentário teve lugar aquando da experienciação passada (ou seja, se é uma recordação de um comentário) ou se ele está instanciado no plano actual:

“Um deles demonstra-me como se equilibra bem na sua nova perna de couro, bambu e borracha e, num passo mais arriscado, cai. Rebentam todos em gargalhadas. Yves ri também. *Há coisas muito difíceis de explicar por palavras.*” (p. 85)

Assim sendo, o recurso maioritário às formas do sistema deíctico primário não apenas estabelece o vínculo temporal entre o quadro situacional de anterioridade e o actual, como potencia a amálgama desses planos temporais.

Atendamos brevemente ao modo geral de organização das macroestruturas constitutivas da obra e, depois, ao tipo de encadeamento que preside à organização das suas microestruturas para concluir que tanto num como noutro nível toma assento um esquema linear plano.

A sucessão de capítulos segue a par da ordenação linear de territorialidade: à excepção do primeiro, o título de cada capítulo corresponde a um topónimo e a ligação de títulos perfaz a sinalização espacial do percurso efectuado. Não raro o topónimo opera a radicação espacial automática de todos os deícticos primários, quer no discurso reportado (sendo o discurso directo excepcionalmente abundante nesta obra) quer no discurso do locutor primário:

“9. *Krome*

A bandeira americana flutua sobre os rolos de arame, *lá* em cima.” (p. 28)

“11. *San José*

‘Custa-me estar *aqui*, sabes?’” (p. 35)

Deste modo, a insularidade de cada capítulo não é apenas sub-temática mas enunciativa, sendo que o ponto móvel de radicação espacial – e, por via do recurso ao PR, temporal – é assinalado com a notoriedade de título. O corpo central da obra constitui-se de um discurso que avança por acumulação de objectos e situações, em vigência sobreposta numa dada sincronia, por justaposição continuada de tópicos introduzidos de modo disperso, fragmentário e selectivo, bloqueando o levantar de expectativas sobre desenvolvimentos temáticos subsequentes. A presença de descrições definidas e o recurso a deícticos espaciais primários sem antecedente

(ou seja, sem que lhes possa ser atribuída uma função anafórica regular, pelo menos) dá acesso à referência da situação enquanto contexto compartilhável com o alocutário, que entretanto assim vai sendo criado, à medida que para ele verbalmente se aponta.

Esta forma de organização discursiva tem de ser estudada em consonância com o fenómeno de activação recursiva do PR.

Em 33 capítulos, num total de 41, a tessitura discursiva é marcada pela clara dominância do PRS e dos restantes déicticos do subsistema primário, pontuada por ocorrências esparsas de PPS e IMP ou demais déicticos secundários.

O uso homogéneo dos déicticos do subsistema secundário está apenas presente nos capítulos de abertura e de conclusão, bem como nos capítulos 20, 21, 30, 36-38. Ora, algumas das unidades discursivas que aqui se encerram, têm a particularidade de se desviarem tematicamente dos capítulos enformados no PR: não fixam espaços, falas ou actividades a terem lugar num campo de refugiados que fazem do locutor um depositário de experiências ou um visualizador, antes se atêm a breves sucessos que tomam a jornalista directamente como agente ou paciente, designadamente momentos do percurso particularmente difíceis de realizar. Quando assim não é, os estados de coisas denotados estão lexicalmente instrucionados como resultado de um processo de rememoração. Há ainda outras ocorrências sequenciais dos déicticos secundários em segmentos de dimensão intermédia, a marcar funções discursivas diversas, como sejam a de delimitação de uma cena dinâmica ou a de remate de enumeração final resumativa.

Voltemos aos capítulos com recurso dominante ao PR.

A extensão textual de vigência de uma forma verbal não pode ser, como bem se compreende, parâmetro definidor da sua significação e função discursiva, sem por isso deixar de se apresentar como um dado relevante para a construção de uma explicação integrada dos seus usos. Recordo que o PR passível de receber a classificação de PRH não pode ser sobre-usado, porque os efeitos ou funções que decorrem dessa *anomalia* morfológica derivam precisamente da sua índole contrastiva, que tanto mais se esbate quanto mais se tende a homogeneizar. Por outro lado, é reconhecido que o uso generalizado das formas de PR na referência de uma linha de acção coincide com a forma não narrativa do discurso²⁴.

Acresce que, para além da simples constatação de que a obra em análise patenteia largas sequências com formas de PR, há a salvaguardar os contextos locais distintos em que elas ocorrem:

Contexto 1: o PR conjuga verbos *dicendi*:

“ ‘Falar para a sua câmara? Nem pense nisso!’

(...) É um homem inteligente, o sub-secretário Wiesner. *Fala* com convicção, com muitos gestos explicativos (...). (p. 21-22)

É plausível a explicação de Monville Burston e Waugh (1991:107) segundo a qual a presença do PR na introdução de discursos reportados marca que eles estão acessíveis em T0 porque registados por escrito ou videograficamente.

Contexto 2: o PR conjuga verbos de movimento ou deslocação:

“Com José Luís, *vamos* a Herédia (...), (p.39)

“Com o padre Alas, com o José Luís, *visitamos* um projecto apoiado pela igreja (...) (p. 41)

“*Vamos* a Los Chiles, fronteira com a Nicarágua (...)” (p.47)

“*Voltamos* atrás.” (p.48)

“*Avançamos* com precaução (...). *Partimos*, pois, para Santa Rosa.” (p.49)

Neste contexto assinala-se uma ocorrência de PPS:

“Com Virgínia Mayo *fomos* a Chinandega e León.” (p. 55).

24 “All genres that choose the PR as the basic tense for reporting information work in some way against the narrative norm; they are consciously or unconsciously antinarrative.” (FLEISCHMAN, 1990: 11)

Contexto 3: o PR é determinado a partir da relativização temporal a cargo de adverbial, subordinada conjuncional ou participial temporal:

“Mais tarde, quando, sozinha no meio da grande sala de actividades, *olho* os detidos de Krome, o velho *aproxima-se* uma vez mais de mim.” (p.30)

“Recém chegados dos campos da América Central, *pasmamos* perante a organização dos centros japoneses (...) (p. 76)

“No dia seguinte, um deles *resolve* mostrar-me o resultado do seu trabalho.” (p.84)

Nestas circunstâncias, o PR é comutável, (e comuta, de facto, como exemplificado no contexto 2), com o PPS ou IMP.

Apartados estes contextos locais, que gerem o andamento discursivo ou inserem segmentos de discurso relatado, obtemos as estruturas – centrais no conjunto da composicionalidade desta obra – de descrição de objecto e de descrição de acções com recurso ao PRS e demais deícticos primários. Procurarei justificar, através da análise do excerto que se segue, porque é que, neste caso, o PR não é comutável nem com o IMP, nem com o PPS.

Cabe ainda anotar o seguinte: se estou a considerar *descrição* como superestrutura textual ou tipo de texto, em atendimento ao grau de prototypicalidade manifestado na estratégia discursiva implementada no processo de textualização, não esqueço porém que *descrever* integra o próprio propósito comunicacional que preside a toda a obra, no sentido em que todas as suas componentes, semânticas e enunciativas, concorrem globalmente para *dar uma imagem* e exigir da parte do alocutário a reconstrução interpretativa de uma realidade *em curso de visualização*²⁵. Ora, apesar de ser possível demarcar algumas regularidades constitutivas, a descrição é a superestrutura textual de máxima fluidez e imprecisão organizacional e dimensional, sendo que as relações entre microestruturas, subestruturas e estruturas intermédias não estão pré-modelizadas em esquemas lógico-semânticos, nem se consolidam em nenhuma conectividade causal ou correlativa; mais: a ordem de evolução informativa ou representacional não é de cariz temporal, mas espacial.

Passo à análise do excerto.

“Washington (2)

Uma cruz encabeça o desfile. Atrás, um cartaz diz apenas: ‘Monsenhor Óscar Romero’. Segue-se uma fotografia do arcebispo de San Salvador. Assim começa, nas ruas de Washington, a manifestação que me fora anunciada em Tucson.

Os manifestantes exigem o fim da deportação de salvadorenhos para El Salvador e uma clara política de concessão de asilo político.

Entre eles, há salvadorenhos, de rosto tapado com lenços e gorros, a fim de evitar o reconhecimento. Uma das mulheres traz uma criança nos braços. Na igreja luterana a que se dirigem, e que adere, nesse dia, ao movimento dos santuários, o padre espera-os à porta. ‘Bem-vindos’, diz-lhes, simplesmente. Lá dentro, um jovem canta, acompanhando-se à viola, uma canção contra a miséria, reclamando justiça e igualdade. A mulher dá agora biberão à criança, também ela com o rosto semi-escondido pelo capuz do anourak. Ao pé de nós, outra equipa de televisão filma. É a PBS, a televisão pública – na qual nesse mesmo dia ou noutra qualquer, assisto a uma reportagem incompatível com a noção dos Estados Unidos que nos vende o Telejornal: a ‘sopa dos pobres’ em Tucson. A Tucson de Fife e Conger – o que talvez ajude a explicar a sua compreensão pelos outros oprimidos da terra...

De súbito, apagam-se as luzes. Na escuridão, o padre conduz para a zona interior do templo os refugiados de rostos tapados. Na igreja, iluminada apenas por algumas velas, canta-se agora ‘we shall overcome’. Muito novo, o jornalista da PBS sorri para mim: ‘Isto comove-nos sempre, não é verdade?’ (...).” (p.24-25)

25 Virtanen (1992: 293-310) distingue *tipo de texto*, identificável com a forma ou estratégia textual seleccionada, de *tipo de discurso*, que se atém à função comunicacional de um discurso em produção. Esta distinção é extremamente produtiva na medida em que, trabalhando com uma tipologia de dois níveis, em que se reconhece que o *tipo de texto* actualizado numa obra não concorda, nem em qualidade, nem em quantidade, com o *tipo de discurso*, é mais fácil explicar a forma heterogénea que muito provavelmente essa obra vai apresentar.

menorizadas, ou seja, “agora” não é substituível por um “depois”, no caso de um regime discursivo em que se recorresse aos tempos do plano inactual (ou subsistema secundário), porque o evento assim introduzido no discurso pode já ter estado em curso e o que é pontual e instantâneo é a fixação do olhar do locutor na situação que, desde o seu último lance de visão, se transformou. O mesmo mecanismo é desencadeado em: “canta-se agora ‘we shall overcome’”. Note-se, em oposição, como o adverbial “de súbito” preserva a noção de transicionalidade em acumulação com a de pontualidade, mas já não a de simultaneidade em relação à enunciação. Porém, a nova fase da acção continua a estar expressa no PR.

Todo o segmento contido neste excerto se tece com base numa construção complexa de visualismo que tem expressão objectiva em “Ao pé de nós outra equipa de televisão filma” pois que aqui se desencadeia a pressuposição *nós, equipa da RTP, estamos a filmar* e, de seguida, a implicatura segundo a qual o quadro geral da acção fixado até aqui por palavras é paralelo e similar à imagem fixada pela câmara de filmar; por outras palavras, a visão directa do locutor-descriptor assimila a visão do operador de câmara através da objectiva. Temos apenas três ocorrências de deícticos do subsistema secundário que inquestionavelmente dão este quadro de temporalidade como transcorrido:

- “fora anunciado” assinala que a mira retrospectiva parte de T0’(T0’, anterior e orientado para T0);
- “nesse dia”, “nesse mesmo dia” localizam as acções em função de um eixo temporal ramificado de T0 – ocorrências suficientes para negar que o capítulo (e a obra) obedeça ao tipo de instanciação própria do diário (essa associação não estaria totalmente descartada se, a encabeçar cada capítulo, para além do topónimo figurasse também uma data) ou se aproxime do regime de enunciação ficcional, onde vigora “ese presente indeciso, preñado de incertidumbre y de misterio”(TACCA (198), 1983: 124).

O valor de anterioridade é um valor-chave na interpretação desta unidade discursiva? A precisão da localização temporal dos eventos uns em relação aos outros numa linha cronológica é, pelo menos, desvalorizada (“ nesse mesmo dia ou noutra qualquer...”) – o que por si é relevante para o entendimento da estruturação textual, se reconhecemos que o desprezo das relações de ordem temporal conduzem à desconsideração de uma ordem lógico-causal.

Em função do que ficou dito, parece razoável afirmar que o sentido de passado se desvanece ou, pelo menos, não é uma informação de primeira linha no movimento de descrição de uma imagem defrontada. Esta afirmação não se sustenta isoladamente na observação da activação recorrente do PR. Pelo contrário, na operacionalização de uma função indicial mostrativa de objectos, retidos na impressão física de que o sujeito é tocado, participam todas as componentes que chamei a esta análise: as descrições definidas, que inserem o sujeito no espaço; o tipo de enumeração descritiva, que obriga à consideração de uma evolução isocrónica entre o espaço-tempo do objecto-evento em representação e o espaço-tempo da enunciação; a repetição do deíctico “agora”, a assinalar o ponto de ancoragem móvel.

A interrogação feita acima alberga outra: o PR, em conformidade com a oposição aspectual acabado/inacabado e com a tipologia aspectual, é aqui substituível pelos tempos IMP e PPS? O PR em “assisto a uma reportagem incompatível coma noção dos Estados Unidos que nos vende o Telejornal” seguramente não é substituível, porque figura num segmento interaccional que se inscreve em T0. Quanto aos restantes morfemas de PR, a sua substituição pelo IMP (à excepção de “apagam-se”, a substituir por um PPS) induziria na tomada da unidade descritiva como uma fase preparatória ou pano de fundo donde relevariam acções mais ou menos inesperadas (caso o discurso evoluísse de acordo como a tipologia narrativa); ou então, a descrição trabalharia a elaboração de um argumento ou participaria na composição de um acto de clarificação de uma dada questão ou problema (caso o discurso evoluísse no sentido do texto argumentativo ou explicativo).

Defendo que o recurso contínuo ao PR é um processo central que induz na tomada da descrição em si mesma e não subsidiária de outro propósito imediato que não seja a de figuração de uma imagem estática ou móvel. O PR, em harmonia com a activação da deixis primária, com as descrições definidas e com o tipo de evolução temática, dá uma instrução que pode ser vertida nesta formulação: *neste discurso, o formato descritivo serve a intenção comunicativa descritiva.*

Chegados a este ponto, torna-se claro, à luz da segunda interpretação do PRH ,apresentada no ponto 2. desta exposição, que, sendo certo que o quadro geral das acções descritas se situa no passado (e não num “hoje” próprio do diário, nem *num tempo de ninguém* da ficção), este PR não é um PRH. De facto, ao reconhecermos o regime discursivo dominante nesta obra de Diana Andringa como enunciativa e estruturalmente não narrativo, temos aberto o caminho para a explicação da não comutabilidade entre o PR e o PPS/IMP, a que subjaz a

assunção de que o PR, neste contexto, não tem valor de passado, como tem o PRH. Sublinho que, tal como exemplifica o excerto em “Assim *começa* (...) a manifestação que me *fora anunciada* (...)”, o PR não raro figura em contiguidade com o Pretérito Mais-que-Perfeito (PM-q-P)²⁶. Porém tal não significa que a correlação aí subjacente seja a de PM-q-P – PPS/IMP – FUT do Pretérito (correlação do sistema deíctico secundário), de acordo com a qual o PR tomaria a posição do PPS, pois que ao PM-q-P cabe apenas o papel de relegar as acções para um eixo cronológico desfasado daquele onde são projectas as acções em sequência evolutiva de primeira linha, integralmente no PR.

Apesar de a interpretação tradicional do PRH parecer estar a ser parcialmente convocada para a explicação do PR em contextos com um perfil discursivo similar ao que esta obra documenta, pois que é imediatamente reconhecível o trabalho de uma representação visualizada, imagética, *filmica* de uma experiência testemunhada, na verdade não é assim. Isto porque no cerne dessa abordagem tradicional toma-se o visualismo enquanto efeito discursivo acrescido – e não como valor inalienável em representação no discurso –, para além de que o processo de hipotipose, que vem justificar esse efeito de visualismo, depende iminentemente de um quadro de referenciação temporal narrativa/passada. Com efeito, se uma cena precisa de ser pontualmente presentificada é porque ela é entendida como pretérita, ou se há necessidade de a vivificar será porque ela não é até aí sentida como viva, mas como inactual, distante, transcorrida, ultrapassada. Assim, a abordagem tradicional, ao circunscrever apenas o estudo da activação do PR a contextos de passado, corre o risco de abranger usos do PR que, a atender à tipologia textual, à intenção comunicativa global e intermédia, à situação extradiscursiva e ao tipo de mundo representado, provam vir a ser fenómenos distintos do PRH – ou que, pelo menos, fogem aos pressupostos de definição mais abrangente.

Neste sentido, há um item explicativo relevado por Oliveira e Lopes (1995) para o PRH de alta produtividade na descrição do uso do PR em contextos de passado não narrativos, relativo à *relocalização da origo* enunciativa que, assentando numa concepção não empiricista de tempo de enunciação, reconhece aí um mecanismo de transposição, não apenas das situações eventivas, mas da própria situação de enunciação para o intervalo de tempo em que os acontecimentos tomam lugar. A partir do momento em que admitimos a existência de um discurso com sucessivas reinstanciações enunciativas, a significação de pretérito deixa aí de funcionar como uma dimensão semântica e estrutural do discurso. Esta relocalização enunciativa vale como uma negação de figuração dos eventos como passados; mas mais: apoia a rejeição do desdobramento do ‘eu’ – ‘eu-locutor = ‘eu-experienciador – e abre caminho para a homogeneização de dois planos temporais, enquanto expoente máximo de intersecção entre eles.

Igualmente, os parâmetros de classificação do *Presente Tabulário*²⁷, que não raro aparecem indistintamente agregados aos de PRH, são instrumentos válidos de análise deste PR *de relato*, pois que confluem para a explicação do processo de mostração verbal de imagens e apresentação de falas (e relembro apenas que esta obra é profusa em segmentos extensos de discurso directo).

E de facto, ao contrário do verificado em *Sahara: a República da Areia*, em que o trabalho de filmagem está presente no discurso como estratégica para organizar e pontuar diferentes fases da acção narrada, em «*Demasiado!*» *Uma viagem ao mundo dos refugiados* o discurso substitui-se à filmagem.

6 Conclusão

Apesar de não ter chegado a uma descrição acabada do uso do PR em discursos temporais de passado não narrativos, creio pelo menos ter demonstrado, pela confrontação das breves análises discursivas aqui apresentadas, que a classificação imediata e homogénea de PRH, apenas porque o discurso exhibe marcas de temporalidade passada ou não actual, vai exigir que sejam contornados aspectos semântico-pragmáticos e

26 Dou mais exemplos: “Mas agora, o homem de pé na minha frente, num caminho de Chiapas, explica-me que foi por isso, pelas torturas do Exército de Rios Montt, enviado de Deus, que ele e os seus companheiros abandonaram a Guatemala e vieram para o México, onde por vezes ainda chegam os homens de Rios Montt, (...) João Paulo II, o Papa, *visitara* dias antes a Guatemala e apertara as mãos a Rios Montt.” (p. 70-71); “Nós entramos com ele para o recinto, para que a sombra das grades não prejudique as imagens. Atrás de nós, duas turistas louras suspendem a respiração. Lee, no entanto, *dissera-nos* (...)” (p. 33)

27 Ver ponto 3.

textuais responsáveis pela singularidade por que uma comunicação se impõe como pertinente e eficaz. A tendente homogeneização parte mais facilmente da interpretação tradicional, pois ela é, por omissão de parâmetros definidores, mais abrangente. Mas admitindo que o que se pode estar a descrever, ainda no âmbito da abordagem tradicional, corresponde a usos variados do PR em contextos de passado – uns cabendo no seio das classificações retórico-gramaticais de PRH e outros desviando-se delas, por diferentes matizes – então encontramos na detecção do efeito de *visualismo* (englobante de outros efeitos) uma indicação de qual o ponto de chegada que vai eivar uma explicação do papel do PR no discurso escrito não narrativo – mais próxima, espera-se, daquilo que realmente se passa aquando do empreendimento comunicativo.

Assim, na análise de narrativas de viagem, os usos do PR cabem nas propostas explicativas de Wolfson e Revaz (entre outras de cariz textual/discursivo, algumas das quais apenas referi em nota) e não colidem com a interpretação tradicional, de acordo com a qual o PR vem trazer vivacidade ao discurso ao presentificar as acções narradas. Fica testada a assunção de que é inalienável à definição de PRH a envolvência de um contexto narrativo e, conseqüentemente, a sua aptidão para significar acções pretéritas, (ou, mais alargadamente, acções situadas num tempo inactual, desligadas de T0). Por sua vez, o relato de viagem operacionaliza o valor indicial do morfema de PR, sendo apenas possível chegar a esta conclusão através da análise do discurso integral – discurso que há-de ser, por essa via, estrutural e funcionalmente descritivo. Ao contrário do PRH que é reconhecível como tal pela sua inserção numa enunciação e textualização narrativa, o PR, nos textos que designei por *relatos de viagem*, é uma forma linguística de potenciação de um desígnio descritivo (ao qual não raro sobrevém uma orientação argumentativa, reconhecível apenas pela adjunção de outros factores que intencionalmente apartei desta exposição). Daí a dificuldade em substituí-lo por tempos do passado sem distorcer de alguma maneira um eixo central da construção do sentido do discurso que é a mostração de uma imagem e a actividade de observação da imagem – o que passa por *performativizar* a própria situação de enunciação, operação inseparável do PR, do “agora”, do “eu” e do “tu”. *

* Esta exposição corresponde a uma parcela sintetizada do trabalho elaborado no âmbito da realização de tese de doutoramento, em curso, sob o tema *Dimensões temporo-aspectuais do funcionamento dos discursos: Estudo aplicado à análise de relatos de viagem contemporâneos*, como bolsista da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Educativos do Ministério da Educação.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel; LUGRIN, Gilles; REVAZ, Françoise 1998 – “Pour en finir avec le couple récit/discourse, *Pratiques* 100: 81-98.
- ATLANTI, Françoise; DANON-BOILEAU, Laurent; GRÉSILLON, Almuth; LEBRAVE, Jean-Louis; SIMONIN, Jenny 1984 – *La Langue au Ras du Texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- BENVENISTE, Émile. 1966 – *Problèmes de Linguistique Générale*, I, Paris, Gallimard.
- BOLINGER, Dwight L. 1947 – “More on the present tense in english”, *Language* 23:434-6.
- BRONCKART, Jean-Paul 1997 – *Activité Langagière, Textes et discours. Pour un interactionisme socio-discoursif*, Paris, Delachaux.
- CALVER, Edwards 1946 – “The uses of the present tense forms in English”, *Language* 22:317-325.
- CAMPOS, Henriqueta Costa (1985) 1997 – “Ambiguidade lexical e representação metalinguística”, *Boletim de Filologia* 30. Reproduzido em CAMPOS, H. C. 1997: 93-113.
- CAMPOS, Henriqueta Costa 1997 – *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- CARVALHO José G. Herculano de (1983) 1984 – “Temps et Aspect: problèmes généraux et leur incidence en portugais, français et russe”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XIX, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Reproduzido em CARVALHO, J.G.H. 1984: 201-235.
- CARVALHO José G. Herculano de 1984 – *Estudos Linguísticos*, Vol. 3, Coimbra, Coimbra Editora.

- CASPARIS, Christian Paul 1975 – *Tense without Time: the Present Tense in Narration*, Bern, Francke.
- CHARLESTON, B. M. 1941 – *Studies on the Syntax of the English Verb*, Bern, Francke.
- COOPER, Robin 1986 – “Tense and discourse location in situation semantics”, *Linguistics and Philosophy*, 9 17-36.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1984) 1986 – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DIVER, William 1963 – “The chronological system of the English verb”, *Word* 19:141-181.
- FLEISCHMAN, S.; WAUGH, L. R. (Eds.) 1991– *Discourse-Pragmatics and the verb: Evidence from Romance*, London, Routledge.
- FLEISCHMAN, Suzanne 1990 – *Tense and narrativity: from medieval performance to modern fiction*, London, Routledge.
- FONSECA, Fernanda Irene (1983) 1994 – “Deixis et anaphore temporelle en portugais” Actas do XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Aix-en-Provence, Agosto-Setembro. Reproduzido em FONSECA, F. I. 1994: 59-73.
- FONSECA, Fernanda Irene 1994 – *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.
- GENETTE, Gérard 1966 – “Frontières du récit”, *Communications* 8: 152-163.
- GUILLAUME, Gustave 1929 – *Temps et Verbe, Théorie des Aspects, des Modes et des Temps*, Paris, Librairie Honoré Champion.
- HAMBURGER, Käte. (1957) 1973 – *Die Logik der Dichtung*, Stuttgart, Ernst Klett Verlag; tradução em inglês , *The Logic of Literature*, Indiana University Press.
- HIRTLE, Walter H. 1995 – “ The simple form again: an anlysis of direction-giving and related uses”, *Journal of Pragmatics* 24:265-281.
- IMBS, Paul 1960 – *L'emploi des temps verbaux en français moderne. Essai de grammaire descriptive*, Paris, Klincksieck.
- JESPERSEN, Otto 1909-1949 – *A Modern English Grammar on Historical Principles*, Copenhaga, Munksgaard.
- LEECH, Geoffrey 1971 – *Meaning and the English verb*, London, Longman.
- MARTIN, Robert 1971 – *Temps et Aspect. Essai sur l'Emploi des Temps Narratifs en Moyen Français*, Paris, Klincksieck.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; *et alii* 2003 – *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MEEHAN, James R.1982 – “Stories and cognition: comments on Robert de Beaugrande’s ‘The story of grammars and the grammars of stories’”, *Journal of Pragmatics* 6: 455-562.
- MONVILE-BURSTON, Monique; WAUGH, Linda R. 1991 – "Multivalency: the French Historical present in journalistic discourse", in FLEISCHMAN, S.; WAUGH, L. R. (eds.) 1991: 86-119.
- NEF, Frédéric. 1986 – *Sémantique de la référence temporelle en français moderne*, Bern, Peter Lang.
- OLIVEIRA, Fátima; LOPES, Ana Cristina Macário 1995 – “Tense and aspect in portuguese”, in THIEROFF, R. (org.): 95-115.
- REVAZ, Françoise 1998 – “Variétés du Présent dans le discours des historiens”, *Pratiques* 100: 46-61.
- SERBAT, G. 1988 – “ Le prétendu present de l’indicatif: une forme non déictique du verbe”, *l’Information Grammaticale*, 38:32-35.
- SIMONIN, Jenny 1984 – “Les repérages énonciatifs dans les texts de presse”, in ATLANTI, F. *et alii* 1984: 133-203.

- SMITH, Barbara Herrnstein 1980 – “Narrative versions, narrative theories”, *Critical Inquiry*, 7,1:213-236.
- STEIN, Nancy L. 1982 – “The definition of a story”, *Journal of Pragmatics* 6, 5/6: 487-507.
- TACCA, Óscar (1978) 1983 – *Las Voces de la Novela*, Madrid, Gredos.
- THIEROFF, R. 1995 – *Tense Systems in European Languages*, Vol.II, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- TWADDELL, W. F. 1960 – *The English Verb Auxiliaries*, Providence, Brown University Press.
- VIRTANEN, Tuija 1992 – “Issues of text typology: narrative – a ‘basic’ type of text?”, *Text, An Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, 12 (2):293-310.
- VUILLAUME, Marcel 1993 – “Le repérage temporel dans les textes narratifs”, *Langages* 112:92-105.
- WEINRICH, Harald (1964) 1973 – *Tempus. Besprochene und erzählte Welt*, Stuttgart, Kohlhammer; tradução francesa *Le Temps. Le Récit et le Commentaire*, Paris, Seuil.
- WILLIAMS, Christopher 2002 – “Non-progressive aspect in English in commentaries and demonstrations using the present tense”, *Journal of Pragmatics* 34:1235-1256.
- WOLFSON, Nessa 1979 – “The Conversational Present Tense Alternation”, *Language* 55:168-182.
- 1983 – *CPH: The Conversational Historical Present Tense in American English Narratives*, Dordrecht, Foris Publication.

Martins, Ana C. Sousa. 2004. O presente na narrativa e no relato de viagem. *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación* 19, -58.

Universidad Complutense de Madrid, ISSN 1576-4737, <https://revistas.ucm.es/index.php/CLAC>.

Postado em: 8 de setembro de 2004

Atualizado pdf: 14 de março de 2023